

Doméstica: relatório de Jucá provoca polêmica no Senado

Senador propõe que multa de FGTS seja paga até em demissão por justa causa

GERALDA DOCA
geralda@bsb.oglobo.com.br
CLARICE SPITZ
clarice.spitz@oglobo.com.br

BRASILIA—Empregados domésticos que forem demitidos por justa causa, com exceção de atos de violência (agressões a idosos e crianças) e roubos devidamente comprovados, poderão receber a indenização que substituirá a multa de 40% do FGTS — existente na CLT para os demais trabalhadores — em demissões sem justa causa. O benefício consta do relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentado ontem à comissão mista do Congresso que discute a regulamentação dos novos direitos assegurados à categoria pela PEC das Domésticas. Jucá defende ainda que quem pedir demissão tenha direito à indenização. Isso não é permitido para os demais trabalhadores — quem pede para sair da empresa não recebe a indenização. As propostas provocaram polêmica no Senado e entre especialistas.

— Esse grupo (domésticos) passa a ter um benefício que os outros não têm. Isso vai gerar um requerimento de tratamento igual — criticou o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

Pela proposta de Jucá, em vez de multa de 40% sobre o FGTS, os empregados domésticos receberão um adicional equivalente a 3,2% do salário que será recolhido mensalmente pelos patrões, além dos 8% de FGTS, que passará a ser obrigatório. Os empregadores vão recolher, então, no total, 11,2% de FGTS. Essa parcela mensal de 3,2%, na prática, equivale a uma multa de 40% sobre o salário.

O relator defendeu essa maneira parcelada de o empregador doméstico pagar a multa do FGTS alegando que o objetivo é evitar a precarização desse serviço. Segundo ele, as famílias não teriam condições de pagar a multa de 40% de uma só vez. Além disso, afirmou, há risco de os empregadores passarem a demitir mais por justa causa para evitar a multa, o que poderia gerar disputas judiciais.

— Não quero que a corda arrebente do lado mais fraco — ressaltou Jucá.

FIM DO ABATIMENTO DO INSS NA DECLARAÇÃO DE IR

No governo, a solução proposta pelo relator para mudar a forma de pagamento da multa — que passará a ser recolhida antecipadamente pelos patrões, como uma poupança — foi vista com simpatia. Mas as possibilidades de saques em demissões por justa causa e perdidos de demissão não agradaram. A avaliação é que Jucá será obrigado a adequar o texto às normas do FGTS, retirando da regulação essas condições para ter direito à multa.

— É uma solução criativa, mas tenho dúvidas se não é melhor deixar tudo como está — disse o deputado Edinho Bez (PMDB-SC).

O presidente da comissão, Cândido Vaccarezza (PT-SP), disse que as discussões só estão começan-

SIMULAÇÃO

O valor do saque do FGTS, conforme o tipo de demissão

PARA UM TRABALHADOR DOMÉSTICO COM SALÁRIO MENSAL DE R\$ 1.000

Número de anos trabalhados	Se o trabalhador for demitido sem justa causa, ele receberá todo o saldo do FGTS, ou seja, os 8% mais os 3,2% depositados mensalmente	Se o trabalhador pedir demissão ou for demitido por justa causa, quando não houver agressão ou roubo, ele só receberá a parcela do FGTS referente ao adicional de 3,2%*
1	R\$ 1.686,87	R\$ 479,78
3	R\$ 4.821,34	R\$ 1.375,34
5	R\$ 7.955,80	R\$ 2.270,91
10	R\$ 15.791,97	R\$ 4.509,81

*O saldo restante só poderá ser sacado em casos de aposentadoria, doenças e outras condições estabelecidas para o resgate do fundo

OBS: A simulação considera o FGTS sobre a média das horas extras dos últimos 12 meses no valor de R\$ 68,18 e o percentual de 11,2% para o FGTS; (8% mais a contribuição adicional ao de 3,2%)

Fonte: Escritório Demarest & Almeida

Opinião

SEM SAÍDA

NO EMBALO da euforia politicamente correta com a transposição da CLT e seus custos para o emprego doméstico — houve até a bizarra comparação com a “libertação dos escravos” —, esqueceram o óbvio: o patrão pessoa física não conta com as vantagens tributárias das empresas para arcar com tamanha despesa.

AGORA, TENTAM no Congresso bater em retirada. Houve o bom senso de eliminar a multa impagável de 40% sobre o FGTS do demitido sem justa causa. Mas, em troca, devem elevar a contribuição do patrão ao fundo.

NÃO HÁ saída: qualquer despesa a mais, e ela existirá, induzirá à informalidade nesta prestação de serviço. A não ser que empurrem o custo para o Tesouro. Mas, neste caso, todos pagarão pelos empregados domésticos de alguns. Uma injustiça social.

do e que o relatório pode ser alterado;

— Ainda existe a possibilidade de veto.

Jucá também propôs o fim do abatimento de despesas com empregado doméstico na declaração de Imposto de Renda, que vale até 2014. Por outro lado, reduziu a contribuição dos patrões ao INSS, de 12% para 8%, o que resultará em perda anual de R\$ 600 milhões para Previdência. Em contrapartida, fixou uma contribuição social de 1% para bancar o seguro contra acidentes de trabalho, ao qual a categoria passa a fazer jus. Com isso, o encargo mensal para os patrões passa a 20,2%. Se fossem seguidas as regras da CLT, o custo trabalhista seria de 20%.

Os especialistas avaliam que a proposta de diluir a multa em uma provisão mensal é positiva por reduzir o custo na hora da demissão, mas que o conjunto das propostas não estimula a formalização. Carlos Eduardo Vianna Cardoso, do Siqueira Castro Advogados, critica a iniciativa por criar tratamentos diferentes. Para o presidente da ONG Doméstica Legal, Mario Avelino, o pagamento da indenização, qualquer que seja o motivo do desligamento, favorece o mau empregado e deve ser revista.

Simulação feita pelo advogado Marcus Brumano, do escritório Demarest e Almeida, mostra que o saldo de FGTS de um empregado doméstico com salário de R\$ 1.000 e uma média, no último ano, de horas extras no valor de R\$ 68,18 seria de R\$ 1.686,87, após um ano de trabalho, se ele for demitido sem justa causa. Se pedisse para sair, teria direito a sacar R\$ 479,78, ou seja, o adicional de 3,2%.

Mercado de trabalho começa a perder vigor

Taxa de desemprego sobe para 5,8%. Número de trabalhadores ocupados cresce só 0,9%

RENATA CABRAL
renata.cabral@oglobo.com.br

A taxa de desemprego em abril subiu ligeiramente para 5,8%, depois de ter ficado em 5,7% no mês anterior. Mesmo assim, a taxa é a menor para abril desde 2002, quando começou a série histórica do IBGE. Mais um dado da Pesquisa Mensal de Emprego, divulgada ontem pelo IBGE, trouxe preocupação. Pela primeira vez desde janeiro de 2011, a população ocupada cresceu menos que a expansão da população em idade ativa (de dez anos ou mais). No mês passado, a ocupação cresceu 0,9% frente ao mesmo mês de 2012, enquanto a população em idade de trabalhar avançou 1,1%.

— É um sinal de perda de força na geração de postos de trabalho: entra mais gente no mercado do que vagas que são geradas. Pode ser uma situação momentânea, mas, caso se prolongue, vai aumentar o déficit de postos de trabalho — afirmou Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do Instituto.

A Pesquisa Mensal de Emprego mostrou queda no rendimento médio real de 0,2% frente a março, chegando a R\$ 1.862,40. Em relação a abril de 2012, o salário continua subindo. Dessa vez, a valorização ficou em 1,6%.

O recuo frente a março não impediu que a média salarial nos primeiros quatro meses deste ano fosse superior ao do mesmo período do ano passado. De janeiro a abril de 2013, a média foi de R\$ 1.861,54. Nos quatro primeiros meses de 2012, R\$ 1.829,80, o que indica um rendimento 1,7% maior neste ano.

Hoje, há 1,4 milhão de desempregados nas seis regiões metropolitanas englobadas na pesquisa (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio, São Paulo e Porto Alegre).

EXPECTATIVA DE CRIAÇÃO MAIOR DE VAGAS

O patamar do desemprego se mostra relativamente estável tanto frente a março, quando a taxa foi de 5,7%, quanto a abril do ano passado (6%) e próximo do que esperavam os analistas (5,6%). Nesse período do ano, porém, já se esperava um avanço mais forte do número de trabalhadores ocupados, em função dos estímulos econômicos lançados pelo governo.

— O mercado de trabalho ainda não deu uma arrancada em 2013. Não há um cenário de degradação, mas de expectativa — disse Azeredo.



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior



AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência AA nº 02/2013 - BNDDES

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obras de reforma e prestação de serviços de engenharia no Auditório Arno Ramos Ferreira, localizado no interior do EDSEERJ, Av. República do Chile, 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, conforme especificações do EDITAL e de seus ANEXOS.

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA (art. 22, § 1º, da Lei nº 8.666/93)

TIPO: MENOR PREÇO (art. 45, § 1º, I, da Lei nº 8.666/93)

ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: 20/05/2013, às 11h00min.

LOCAL DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Sala 501, no 9º andar do Edifício Ventura Corporate Towers, localizado na Av. República do Chile nº 330, Torre Oeste, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-519

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados no Praticado do BNDDES no Rio de Janeiro, Av. República do Chile, nº 100, Torre, Centro, no horário de 10h às 12h e de 14h às 16h, telefone (21) 2172-6901; Brasília, Centro Empresarial Parque Cidade Seta Comercial Sul - SCS, Quadra 05, Torre C, 12º andar 70.308-200 - Brasília, DF, telefone (61) 3204-5600; São Paulo, Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 5º andar, Itaim Bibi, telefone (11) 3512-5100; Recife: Rua Padre Carapuceiro, 858, 18º e 19º andares, Centro Empresarial Querroz Galvão - Torre Cicero Dias - Boa Viagem, 51200-280 - Recife - PE, telefone (81) 2127-5800 e no portal www.bnddes.gov.br

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2013. Pedro Ivo Prekato da Silva - Gerente - AADELIC@GLUCL4

ANUNCIE NOS CLASSIFICADOS DO RIO. TODO MUNDO VÊ.



2534-4333
classificadosdorio.com.br
O GLOBO EXTRA

Mantega: desoneração em transportes já vale em junho

CRISTIANE BONFANTI
cristiane.bonfanti@bsb.oglobo.com.br

BRASILIA—O ministro da Fazenda, Guido Mantega, confirmou ontem que a equipe econômica decidiu desonerar as passagens de ônibus e metrô de todo o Brasil. O governo vai publicar, nos próximos dias, medida provisória retirando a cobrança de PIS e Cofins sobre as passagens das empresas de transporte coletivo. A medida passará a valer a partir de 1º de junho, em todo o território nacional.

A redução de 3,65% para zero da alíquota de PIS e Cofins é uma tentativa de segurar a inflação e neutralizar os reajustes das tarifas promovidos pelas prefeituras. A preocupa-

ção é com o aumento das passagens de ônibus, trens e metrô de capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, previstos para junho.

No início do ano, o governo federal negociou com prefeitos para que adiassem os reajustes das tarifas, a fim de reduzir a pressão sobre a inflação no início do ano. Na quarta-feira, a prefeitura de São Paulo anunciou o aumento que fora postergado em janeiro. As tarifas de ônibus, trens e metrô subirão de R\$ 3 para R\$ 3,20 a partir de 2 de junho, alta de 6,67%, índice menor que a inflação acumulada desde o último aumento. No Rio, a tarifa do ônibus urbano também subirá em junho, mas o índice de reajuste ainda não foi definido.

EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A.
CNPJ: 08.518.009/0001-91

CONCORRÊNCIA EMTU/SP Nº 003/2012

OBJETO: Concessão onerosa dos serviços correspondentes às funções de operação de Transporte Coletivo Intermunicipal por ônibus e demais veículos de baixa e média capacidade de todo o sistema regular (Comum, Seleção e Especial) atual e em viagem e em implantação a ser fornecidas de

Ministério de Minas e Energia
Eletrobras
CNPJ 0001 1000001-22

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS DAC Nº 13/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada em arquitetura promocional.

Operação, Manutenção e Conservação da infraestrutura implantada e a ser implantada na Região Metropolitana de Campinas - RMC, compreendendo os municípios de Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

COMUNICADO DE ADIAMENTO

Comunicamos aos interessados o adiamento da abertura da licitação em epígrafe, ampliando a forma de entrega das propostas, que poderá ser feita por via postal ao seguinte endereço: Rua Joaquim Casemiro, 290, Jardim Planalto - São Bernardo do Campo, CEP 09690-060, entregue no Protocolo da EMTU/SP no mesmo endereço, ou ainda, na sessão pública de abertura que ocorrerá no auditório da EMTU/SP no endereço retrocitado, às 10h00 do dia 06 de junho de 2013. Após a hora e data estabelecidas, não mais serão aceitos quaisquer documentos/propostas. Imediatamente após o encerramento desse prazo, será dado início à abertura do Envelope "1" na presença dos interessados. A EMTU/SP não se responsabiliza por documentação/proposta que, enviadas por via postal, não chegarem até a data e o horário aprazados.

COMISSÃO ESPECIAL JULGADORA



para a prestação em âmbito regional (RUR) e nacional, sob orientações, de serviços de arquitetura de estandes, compreendendo a criação (projeto), incluindo o projeto de todo o material promocional do estande, montagem, e desmontagem, conforme condições estabelecidas no Edital.

Disponibilidade do Edital: A partir de 24/05/2013, de 9 às 11h e de 14 às 16h, na Av. Marechal Floriano, 15, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ ou gratuitamente nos sites www.metrobras.com e www.comprasnet.gov.br.

Entrega das Propostas: A partir de 24/05/2013, às 9h no site www.comprasnet.gov.br.

Abertura das Propostas: Em 05/06/2013, às 10h no site www.comprasnet.gov.br.

Preço do Edital: R\$ 13,00, não reembolsáveis, a serem depositados na Conta Corrente nº 562.000-X, Agência nº 3094-3 do Banco do Brasil, informando o Nº do CNPJ da Empresa ou CPF da pessoa que está restando o Edital.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2013
Departamento de Contratações - DAC



Cristina Kirchner convoca 'fiscais'

-BUENOS AIRES- Apesar de defender as estatísticas oficiais do Indec (o IBGE argentino), que apontam uma inflação bem menor à estimada por analistas do mercado, a presidente Cristina Kirchner convocou os movimentos sociais e políticos kirchneristas para uma campanha de controle de preços. A poucos dias da redução de 10 ml para 500 produtos incluídos no congelamento de preços, em vigor desde fevereiro passado, Cristina assegurou que não deixará que o aumento de preços "dependa unicamente da boa vontade dos empresários".

A tropa de inspetores será co-

mandada pelo secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno, o mesmo que está à frente da intervenção estatal no Indec, desde fevereiro de 2007. O plano evoca os "fiscais do Sarney", o controle cidadão de preços defendido pelo então presidente José Sarney nos anos 80. A secretária de Estado americana, Hillary Clinton, na Conferência Anual sobre América Latina, em Nova York, afirmou que "(os argentinos) terão muito mais sucesso e benefícios se não tiverem a pesada mão do governo tentando controlar o que acontece na economia!" (Janaina Figueiredo) ●

2534-4333

classificadordosdorio.com.br
O GLOBO EXTRA